

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
21ª Sessão Ordinária de 2016

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, de 21/10/2016, págs. 1/16)

Dia: 08/11/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 19ª Sessão Ordinária (11/10/16) e da 20ª Sessão Ordinária (18/10/16).

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 14/04/2015

3) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10

Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

4) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 27/01/2016

5) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 12/04/2016

6) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

7) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Brasília

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

8) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39

Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR
Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Paraná
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 09/08/2016

9) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 23/08/2016

10) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 18/10/2016

11) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

- 12) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001634/2013-11
Requerente: Elizabeth Helena de Faria Campos – Promotora de Justiça/MPDFT
Advogado: Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36.482
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer revisão do processo administrativo n.º 08190.050803/11-07, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 13) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80
Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão (09/08/2016)

- 14) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001678/2014-13
Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.0001811/2013-51, para que o membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco seja habilitado em todas as remoções para as quais concorreu e para efeito de contagem de remanescência.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

Processos desta Sessão (08/11/2016)

- 15) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000164/2013-60
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 16) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000215/2013-53
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Tocantins
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 17) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000287/2013-09
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 18) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000397/2013-62
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 19) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000406/2013-15
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 20) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000409/2013-59
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 21) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000813/2013-22
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 22) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000821/2013-79
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Amazonas
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 23) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001488/2013-15
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Tocantins
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 24) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001544/2013-11
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 25) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001573/2013-83
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região/Manaus
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 26) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001600/2013-18
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 27) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.00186/2014-19
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 28) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000415/2014-97
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 29) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000105/2016-34 (Recurso Interno)
Recorrente: João Gualberto Fattori
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: São Paulo

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

- 1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 27/01/2016

- 2) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica
- 3) Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 21/06/2016

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77
Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rondônia
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 5) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 26/07/2016

- 6) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00097/2016-61
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4.697
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Atraso e morosidade em processos e procedimentos. Conduta incompatível com o cargo de Promotor de Justiça. Violação de deveres funcionais. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN n.º 30/2016.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Ceará
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 23/08/2016

- 7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00075/2016-65
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CN nº 020/2016. RD 0.00.000.000855/2015-25.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
- 8) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Pedido de Vista em 13/09/2016

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00558/2016-14
Requerente: Glaucio Araujo de Oliveira – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Portaria n. 434/2016, da Procuradoria Geral do Trabalho. Fixação de vagas de Procurador Regional do Trabalho por sede das PRTs. Alteração na organização administrativa sem participação do Conselho Superior. Requer sustação dos efeitos da referida Portaria.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/09/2016

- 10) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00291/2016-00
Requerente: Corregedor Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Falta funcional. Base na Reclamação Disciplinar CNMP n.º 0.00.000.000231/2016-99. Facilitação da prostituição.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
- 11) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00385/2016-16
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 11/10/2016

- 12) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00443/2015-76
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogados: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n.º 15.452; Thiago Carvalho de Oliveira – OAB/ES n.º 11.587
Objeto: Processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, conforme constatado no processo n.º 0.00.000.000292/2015-75.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
- 13) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00179/2016-15
Requerente: Corregedoria Nacional
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogados: Gustavo Sampaio Brasilino de Freitas – OAB/CE n.º 17.106; Afonso Roberto Mendes Belarmino – OAB/CE n.º 25.465
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Processo Administrativo Disciplinar. Aceitação de promessa de vantagem indevida. Prática de ato de ofício infringindo o dever funcional.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Pedidos de Vista em 18/10/2016

14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00266/2016-45

Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Desconstituição de decisões. Autorização de ajuizamento de Ação Civil para decretação da perda do cargo contra membros do MP/ES. Colégio de Procuradores de Justiça. Procedimentos GAMPES nº 2015.0030.1104-05, nº 2015.0029.8107-95, nº 2015.0029.8106-82 e nº 2015.0029.8105-69. Inspeção CNMP nº 0.00.000.001007/2014-52.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

15) Proposição nº 1.00450/2016-40

Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que altera a redação dos artigos 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º da Resolução nº 95, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre as atribuições das ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

16) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

20) Proposição nº 1.00439/2015-53

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

21) Proposição nº 1.00395/2016-60

Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (13/09/2016)

22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17

Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: David Raimundo Santos
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Bahia

23) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40

Requerente: José Carlos Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo

24) Proposição nº 1.00481/2016-37

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Cobrança de fiscalização por parte das Corregedorias do Ministério Público brasileiro. Obrigatória presença. Coibição da prática de assinatura posterior em atos nos quais os membros não estiveram presentes.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

25) Proposição nº 1.00580/2016-19

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 7º da Resolução CNMP nº 13/2006. Alteração dos artigos 6º e 7º da Resolução CNMP nº 23/2007.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

26) Proposição nº 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)

Embargante: José Robalinho Cavalcanti
Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

27) Procedimento Avocado n° 1.00424/2015-30

Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400
Objeto: Procedimento Disciplinar Administrativo instaurado pela Portaria n° 30/2015. Avocado da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Decisão proferida no Processo CNMP n° 0.00.000.000797/2015-30.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

28) Proposição n.º 1.00239/2016-72

Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Proposição. Resolução. Designação de membros do Ministério Público. Auxílio no âmbito dos órgãos auxiliares e da Administração Superior.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (08/11/2016)

29) Pedido de Providências n° 1.00091/2015-40

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Providências. Inadequação. Quadro de Servidores. 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. Inobservância. Prazos Processuais. Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Sergipe

30) Proposição n° 1.00223/2015-06

Requerente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposta de Enunciado do Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho que dispõe sobre a obrigatoriedade de participação da Ordem dos Advogados do Brasil nos concursos para ingresso no Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

31) Revisão de Processo Disciplinar n° 1.00305/2015-60

Requerente: Francisco de Jesus Lima
Advogado: Analina de Jesus Lima – OAB/PI n° 5.601
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Revisão do Processo Administrativo Disciplinar n° 027/2012, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Piauí

- 32) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00074/2016-01 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dioneles Leone Santana Filho
Advogado: Pablicio Monteiro Cardoso – OAB/BA nº 20.167
Embargado: Corregedoria Nacional
Objeto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 69726/2012. Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Bahia
- 33) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00076/2016-19
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: José Fábio Marques Dias Junior – OAB/MT nº 6.398
Objeto: Pedido de Revisão do Procedimento Administrativo Disciplinar GEDOC nº 000022-024/2014 (MPMT). Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Mato Grosso
- 34) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00186/2016-07 (Recurso interno)
Recorrente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná
Recorridos: Ministério Público do Estado do Paraná
Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2015. Descumprimento de deveres funcionais. Revisão de pena de censura.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Paraná
- 35) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00235/2016-58
Requerente: Gustavo Lins Tourinho Costa
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar CGMP/PE nº 007/2012.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Pernambuco
- 36) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00303/2016-42
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Afonso Roberto Mendes Belarmino – OAB/CE nº 25.465
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 81/2016. Informações das Reclamações Disciplinares CNMP nº 0.00.000.000565/2015-81 e nº 0.00.000.000010/2016-11. Omissão reiterada do cumprimento de deveres funcionais.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Ceará

37) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00334/2016-30

Requerente: Simone Almada Goes

Advogados: Alexandre Bastos – OAB/MS n.º 6.052; Bento Adriano Monteiro Duailibi - OAB/MS n.º 5.452; Camila Cavalcante Bastos - OAB/MS n.º 16.789; Thamires Rios Brito - OAB/MS n.º 17.360; Katia Regina Bernardo Claro - OAB/MS n.º 17.927; Matheus Sayd Bellé - OAB/MS n.º 18.543

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Revisão de Processo Disciplinar. Sindicância n.º 10/062/CGMP/2014.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Mato Grosso do Sul

38) Reclamação Disciplinar n.º 1.00351/2016-68 (Recurso interno)

Recorrente: Galal Faro

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em face do Ministério Público do Estado do Paraná.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Paraná

39) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00421/2016-60 (Recurso interno)

Recorrente: Vinicius Santos de Santana

Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Anulação de ato administrativo. Subprocurador-Geral de Justiça. Lei Municipal de Mongaguá n.º 2689/2014. Determinação de revogação de falta justificada. Pagamento do dia descontado.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: São Paulo

40) Avocação n.º 1.00449/2016-98

Requerente: Evandro Barbosa da Silva

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco

Advogado: Evandro Barbosa da Silva – OAB/PE n.º 14.581

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Solicitação de avocação de procedimentos em trâmite na Corregedoria Geral.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

41) Proposição n.º 1.00487/2016-69

Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Garantia do princípio constitucional do estado laico. Esferas executiva, legislativa e judiciária. Adoção de políticas públicas.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

- 42) Pedido de Providências nº 1.00503/2016-13 (Recurso interno)
Recorrente: Defensoria Socioambiental
Recorrido: Procuradoria da República no Município de São João de Meriti/RJ
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de São João de Meriti. Irregularidades. Programa Habitacional do Governo Federal "Minha casa, minha vida". Residencial Condomínio Mônaco. Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000099/2015-61.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio de Janeiro
- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00555/2016-53
Requerente: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público - ANSEMP
Requerido: Ministério Público Eleitoral
Objeto: Ministérios Públicos Estaduais. Requer medida que desobrigue os servidores a atuarem no âmbito do Ministério Público Eleitoral. Falta de amparo legal para a exigência. Possibilidade de criação de quadro próprio específico de servidores para atuar naquele órgão. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará
- 44) Proposição nº 1.00586/2016-40
Requerente: Esdras Dantas de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que altera o art. 7º da Resolução nº 135/2016, que instituiu o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00602/2016-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – ASSEMPECE
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Lei de Acesso à Informação. Não atendimento à solicitação.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Ceará
- 46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00606/2016-10
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Interessado: Luis Felipe Jordão Wanderley
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe. Decisão pelo não recebimento do pedido de impugnação da permanência na carreira de membro do Parquet. Requer suspensão do ato e sua posterior anulação, determinando-se a instauração de procedimento administrativo para aferir a aptidão funcional de membro daquele *Parquet*.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe

47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00633/2016-92

Requerente: Claude Henri Appy – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em exercício
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região – MG
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Controle da Portaria PGT nº 434/2016. Sustação de processos de remoção e promoção. Editais PGT nº 11/2016 e CSMPT nº 27/2016. Definição do processo de promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, sem lesão à antiguidade dos membros.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

48) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00640/2016-76

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogados: Antonio Carlos da Costa e Silva – OAB/PI nº 1977; Pedro Filipe Batista Lima OAB/PI nº 8197; Aline Costa Reis Santana – OAB/PI nº 10389
Objeto: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2014.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Piauí

49) Reclamação Disciplinar n.º 1.00655/2016-99 (Recurso Interno)

Recorrente: Westei Conde y Martin Junior
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583
Recorrido: Servidor do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Servidor do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Pernambuco

50) Pedido de Providências nº 1.00687/2016-30

Requerentes: Jocelino da Conceição Silva Júnior; Washington Luiz Alvarenga
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ausência de Promotor Titular. Prazos para resposta ao Conselho Tutelar. 1ª Promotoria da Infância e Juventude de Vitória.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Espírito Santo

- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00697/2016-84
Requerente: Marcelo Antonio Ceara Serra Azul
Advogados: Cristina de Almeida Canêdo – OAB/DF nº 26.782; Vinicius de Figueiredo Teixeira – OAB nº 19.680
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Desconstituição de ato. Processo nº 1.000.001.000212/2016-05. Promoção por antiguidade. Vaga de Subprocurador-Geral da República. Edital nº 02/2016. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 52) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
- 53) Pedido de Providências nº 1.00723/2016-83 (Recurso interno)
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Recorridos: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional no Estado do Acre
Advogados: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues – OAB/AC nº 2.299
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Acre. Indeferimento de acesso a advogado. Inquérito Civil nº 000150.2016.14.001/0. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Acre
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00754/2016-70
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Interessado: Luis Felipe Jordão Wanderley
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público. Não conhecimento do incidente de impugnação ao vitaliciamento de membro. Determinação de instauração de procedimento administrativo de incidente de impugnação de vitaliciamento de membro. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe

55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00756/2016-88

Requerente: Marcelo Goss Neves

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Anulação. Portaria PGT nº 434/2016. Fixação do número de ofícios de Procurador Regional do Trabalho. Prejuízo à Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público